

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
PROPOSTAS PARA UM CONTROLE EXTERNO QUE ATENDA AOS ANSEIOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA	
Marcos Bemquerer Costa	13
APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
Luiz Henrique Lima	19
NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO	
Luiz Henrique Lima	21
A EVOLUÇÃO (?) DO PAPEL DOS AUDITORES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL	
Cláudio Augusto Canha	23
1 Introdução	23
2 Auditor: um termo equívoco.....	23
3 O termo “auditor” no direito comparado.....	25
4 A República Velha, o surgimento dos Tribunais de Contas no Brasil e do cargo de auditor.....	27
5 Os auditores dos Tribunais de Contas após a República Velha e antes da Constituição de 1988.....	30
6 O Decreto-Lei nº 199/1967 e a “proposta de decisão”	31
7 Os auditores do Tribunal de Contas na Constituição de 1988	32
8 O sistemático desrespeito ao cargo de auditor.....	43
9 As tentativas legiferantes para desvalorizar a função do auditor e dos servidores dos Tribunais de Contas	44
10 Conclusão	50
Referências.....	51
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E AGILIDADE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL: NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS CONSTITUCIONAIS QUANTO À SUA COMPOSIÇÃO	
Jaylson Fabianh Lopes Campelo	55
1 Introdução	56
2 Do projeto qualidade e agilidade nos Tribunais de Contas (Revisão por Pares).....	58
3 A composição dos Tribunais de Contas na Constituição Federal.....	59
4 Dos resultados da avaliação dos Tribunais (Revisão por Pares).....	63
5 Conclusão	69
Referências.....	71
AUDITOR CONSTITUCIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS: NATUREZA E ATRIBUIÇÕES	
Leonardo dos Santos Macieira	73
1 Introdução	73
2 Natureza e atribuições constitucionais.....	73
3 Inexistência de subordinação ou vinculação	80
4 Organização dos Tribunais de Contas.....	82
5 Conclusão	84
Referências.....	84
COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS: ANOTAÇÕES À JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
Luiz Henrique Lima	87
1 Introdução	87
2 O modelo constitucional de composição e funcionamento dos Tribunais de Contas.....	89

3	Subterfúgios utilizados para alcançar a “máxima postergação” da implantação do modelo constitucional.....	95
4	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais de Justiça	98
4.1	A regra da simetria	98
4.2	A regra da origem e da vinculação	99
4.3	A regra da máxima efetividade e a reserva da vaga para as carreiras de Auditor (Conselheiro Substituto) e Procurador de Contas	100
4.4	A absoluta necessidade de Auditores (Conselheiros Substitutos) selecionados por concurso público.....	105
4.5	A impossibilidade de limitar a convocação simultânea de vários Conselheiros Substitutos	106
4.6	A impossibilidade da exigência para as carreiras técnicas de requisitos diversos dos previstos na Constituição da República	107
4.6.1	Distrito Federal: Mandado de Segurança 2010.00.2.006070-1	108
4.7	As garantias dos Conselheiros Substitutos e o exercício das funções de judicatura	109
4.7.1	Alagoas: vedação do preenchimento de vaga reservada a Conselheiro Substituto (Mandado de Segurança 2009.002185-0)	109
4.7.2	Ceará: obrigatoriedade da distribuição originária de processos (Mandado de Segurança Cível nº 5918-31.2009.8.06.0000/1)	110
4.7.3	Sergipe: obrigatoriedade da distribuição originária de processos (Mandado de Segurança 2012.00107425)	111
4.7.4	Amazonas: obrigatoriedade da convocação de Conselheiro Substituto mediante escala específica (Mandado de Segurança 4001911-74.2012.8.04.0000)	111
4.7.5	Roraima: obrigatoriedade de realização de concurso para o cargo de Auditor (Conselheiro Substituto) (Ação Civil Pública 0817409-51.2016.8.23.0010)	112
5	Conclusão	112
	Referências	115

A ATUAÇÃO CONSTITUCIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS E DE SEUS MAGISTRADOS (COMPOSIÇÃO, ATUAÇÃO E DELIBERAÇÕES): DE EISENHOWER A ZÉ GERALDO

Licurgo Mourão, Diogo Ribeiro Ferreira	117	
1	Introdução	117
2	Os Tribunais de Contas	122
3	A magistratura de contas: os Ministros, os Conselheiros e os Auditores (Ministros e Conselheiros Substitutos).....	128
4	Natureza jurídica da proposta de decisão: de Eisenhower a Zé Geraldo	144
4.1	Proposta de decisão e o princípio do livre convencimento motivado	146
4.2	Proposta de decisão: etimologia e hipóteses	151
4.2.1	Hipótese de natureza jurídica de parecer ou opinativa	154
4.2.2	Hipótese de natureza jurídica de decisão	157
4.2.3	Hipótese de natureza jurídica de voto	159
5	Considerações finais.....	163
	Referências	166

A COMPOSIÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, Rafael Neubern Demarchi Costa	171	
1	Introdução	171
2	As carreiras especializadas.....	172
3	Tribunais de Contas Municipais no federalismo brasileiro ..	174
4	O controle externo municipal na história da República	177

4.1	Período 1946-1967	177
4.2	Período 1967-1988	179
4.3	Período atual	184
5	As carreiras especializadas nos Tribunais de Contas Municipais	190
5.1	Interpretação do Judiciário Fluminense	190
5.2	Interpretação do Judiciário Paulista.....	190
6	Argumentos contra e a favor das carreiras especializadas nas Cortes municipais.....	191
6.1	Contra.....	191
6.2	A favor.....	193
7	Possibilidade de extinção dos Tribunais de Contas Municipais	195
8	Início do julgamento das ADIs 346 e 4.776	197
9	Conclusão	200
	Referências	200

EM BUSCA DA LEGITIMIDADE DA JUDICATURA DE CONTAS: O MODELO CONSTITUCIONAL

Sabrina Nunes Iocken	203
1 Introdução	203
2 Judicatura de contas: o modelo constitucional.....	205
2.1 Composição dos Tribunais de Contas: um modelo em descompasso com o seu alicerce de legitimidade.....	208
3 Das garantias constitucionais dos membros dos Tribunais de Contas	212
3.1 Das garantias orgânicas: arcabouço jurídico-constitucional	214
3.2 Das garantias procedimentais do julgamento de contas	217
4 Conclusão	218
Referências.....	220

A LEI ANTICORRUPÇÃO E OS TRIBUNAIS DE CONTAS

Cesar Santolim	223
-----------------------------	-----

A CONTABILIDADE FORENSE COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE E DE INVESTIGAÇÕES DE CRIMES PERPETRADOS CONTRA O PATRIMÔNIO PÚBLICO

Omar Pires Dias	231
1 Introdução	231
2 A importância do controle contábil e a utilidade das suas informações	234
3 Contabilidade do setor público: ferramenta de controle e suas especificidades	236
4 O uso das informações contábeis em auditorias e nas investigações de desvios de recursos.....	239
5 Contabilidade forense: instrumento de investigação e combate à corrupção	242
5.1 Etapas das investigações mediante o uso da contabilidade forense	245
5.2 Condutas danosas ao patrimônio público, investigadas através das informações contábeis.....	247
6 Conclusão	248
Referências.....	250

O AUDITOR (MINISTRO/CONSELHEIRO SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS: UMA ANÁLISE DA IDENTIDADE INSTITUCIONAL E DA NATUREZA JURÍDICA DO CARGO

Milene Cunha	253
1 Introdução	253
2 Da historicidade do cargo de Auditor e sua identidade nos Tribunais de Contas brasileiros.....	254
2.1 Auditores (Ministros e Conselheiros Substitutos): um breve histórico.....	254

2.2	Da identidade do cargo nos Tribunais de Contas brasileiros	256
2.2.1	Da inadequação da nomenclatura do cargo: dissonância com sua natureza jurídica	256
2.2.2	Da condição de membro dos Tribunais de Contas.....	260
3	As atribuições do cargo: natureza judicante	266
3.1	Da atribuição extraordinária e sua limitação inconstitucional.....	266
3.2	Da definição das atribuições ordinárias e suas assimetrias inconstitucionais	270
3.2.1	Das normas que promovem distinção na distribuição processual	279
4	Conclusão	286
	Referências	287
	SOBRE OS AUTORES.....	291